



FUNDAÇÃO
renova

Nota Técnica – Apoio Psicopedagógico – Cláusula 93 do TTAC

Julho/2018

Sumário Executivo

Este documento foi elaborado com objetivo de apresentar as bases conceituais e medidas adotadas e a serem adotadas para proporcionar ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, à luz do TTAC – Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar – Clausulas 93, considerando a dispersão geográfica dos atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa, a progressão escolar do indivíduo -aluno- impactado e as matérias de psicopedagogia e de atenção psicossocial.

Índice

1.	Histórico	4
2.	Escopo do Programa	6
3.	Assistência Psicopedagógica e Atenção Psicossocial	15
3.1.	Apoio Psicopedagógico	15
3.1.1.	Apoio Psicopedagógico no contexto das ações da Fundação Renova	22
3.2.	Atenção Psicossocial	32
3.2.1.	Atenção Psicossocial no contexto das ações da Fundação Renova	33
4.	Conclusão	35
5.	Bibliografia Consultada	39

1. Histórico

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão de propriedade da Samarco Mineração S.A. (Samarco). O evento liberou um volume estimado em cerca de 32 Mm³ (milhões de metros cúbicos) de rejeitos e água, que representa aproximadamente 58% de um total de 55 Mm³ de materiais contidos na barragem. Em junho de 2016, o volume de material liberado foi revisado para 43,8 Mm³, considerando os carreamentos adicionais que ocorreram posteriormente.

Logo após a ocorrência do rompimento da barragem, foi realizada apuração para identificação de impactos relacionados às estruturas de educação dos municípios de Mariana e Barra Longa, tendo sido verificadas interferências nos funcionamentos das escolas, seja por danos parciais ou totais às estruturas ou por impossibilidade de acesso. Identificou-se:

Local	Instituição	Nível	Impacto
Mariana	Escola Municipal de Bento Rodrigues	Infantil e Fundamental	Total
Mariana	Escola Municipal de Paracatu de Baixo	Infantil e Fundamental	Total
Barra Longa	Escola Municipal Gustavo Capanema - Gesteira	Infantil	Total
Barra Longa	Escola Municipal José de Vasconcelos Lana	Infantil	Total
Barra Longa	Escola Estadual José Epifânio	Fundamental e Médio	Parcial

O Programa vem atuado desde novembro de 2015, na garantia de estruturas temporárias adequadas para o funcionamento das escolas impactadas, o fornecimento de equipamentos e materiais danificados pelo evento, necessários às condições temporárias; o fornecimento de transporte escolar para alunos

deslocados de suas residências e apoio às atividades de socialização, esporte, lazer, contraturnos e período de férias das escolas impactadas para proporcionar a reintegração da comunidade escolar. As ações realizadas durante a execução do programa são encaminhadas ao Comitê Interfederativo – CIF através de relatórios mensais de execução protocolados no órgão.

Em 2017, no processo de construção participativa foram realizadas diversas reuniões com as escolas impactadas, secretarias municipais de educação de Mariana e Barra Longa, além de interlocução permanente com a Camara Técnica de Educação, Cultura e Turismo. O Programa foi protocolado em 22 de dezembro de 2017. A Camara Técnica emitiu a Nota Técnica nº 9, em 20 de março de 2018, com considerações sobre o escopo do programa. O programa teve seu escopo aprovado pelo Comitê Interfederativo em 29 de junho de 2018, através da Deliberação nº 176.

Na 14ª reunião ordinária da Camara Técnica de Educação, Cultura e Turismo, realizada em 17 de julho de 2018, no município de Rio Doce. A representante da Secretaria Municipal de Educação de Mariana, informou que o apoio psicopedagógico aos alunos e profissionais foi suspenso, fato confirmado pela representante da Fundação Renova. O coordenador fez a leitura da Cláusula 93 do TTAC, que determina a prestação desse apoio desde assinatura do TTAC, em março de 2016). Segundo relato dos presentes à reunião, há alunos com dificuldades de envolvimento com a rotina escolar, casos como o uso de drogas e professores com diagnóstico de depressão, que podem estar relacionadas ao desastre, o que demandaria acompanhamento adequado.

A CT solicitou da Fundação Renova, o envio de relatórios de todas as ações desenvolvidas em relação à Cláusula 93, inclusive memória de reuniões com professores, bem como o envio de eventuais laudos ou pareceres existentes sobre a situação psicopedagógica de alunos e profissionais das escolas impactadas, com a validação dos órgãos especializados da Saúde e/ou Educação.

Foi elaborada a Nota Técnica nº 14, que recomenda ao CIF:

- Notificar a Fundação Renova sobre o descumprimento da Cláusula 93 do TTAC;
- Estipular o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos solicitados pela CT, que após análise, deverá retornar ao CIF para deliberação sobre a penalidade a ser aplicada, na próxima reunião extraordinária do mesmo;
- Retomada imediata do apoio psicopedagógico nas escolas impactadas, de Fundão até Candonga, com geração de relatório atualizado sobre o quadro, com indicações das medidas a serem tomadas, em comum acordo com as autoridades de saúde e de educação públicas.

2. Escopo do Programa

Nesse item são apresentados o escopo do programa quanto ao apoio psicopedagógico. O Programa apresenta no item "**4.1 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições**" os seguintes objetivos quanto a realização de apoio psicopedagógico:

- " - Disponibilizar apoio pedagógico e de psicologia educacional para alunos e professores das escolas diretamente impactadas até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira;*
- Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados em idade escolar até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira; "*

No item "**4.2 Ajuste de Escopo**", são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

"Entende-se como fundamental um apoio psicopedagógico, pedagógico e de psicologia educacional que permita contribuir para a manutenção da adesão e desempenho da comunidade escolar, de forma a não haver perdas significativas durante o período em que ocupam estruturas temporárias, bem como na transição para as estruturas definitivas. Desta forma, será necessário desenvolver e

implementar um programa junto às escolas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, nos municípios de Mariana e Barra Longa, em consonância com as orientações definidas com as Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social e respectivos grupos diretores das escolas, buscando facilitar a adaptação da comunidade escolar à sua situação temporária e no preparo para sua nova mudança para as estruturas definitivas.

A interdisciplinaridade proposta justifica-se pelo conceito relativo aos objetos de trabalho de cada ciência, a saber:

PEDAGOGIA	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	PSICOPEDAGOGIA
<p>Ciência que através de um conjunto de técnicas, princípios, métodos e estratégias da educação e do ensino, relacionados à administração de escolas e à condução dos assuntos educacionais em um determinado contexto, segundo uma determinada concepção de vida, visando aperfeiçoar e estimular a capacidade das pessoas, de forma coletiva, no processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p>Trata, por meio de abordagens individuais e coletivas, as relações existentes na instituição educacional e os diferentes fatores que as determinam, compreendendo os movimentos que ocorrem entre os membros da instituição, as famílias e os docentes.</p>	<p>Área do conhecimento que trata os distúrbios de aprendizagem em uma abordagem individual e terapêutica, no sentido de reabilitar funções não desenvolvidas para a aprendizagem, em cada aluno especificamente. O tratamento psicopedagógico deve ser feito por meio de atendimentos de periodicidade mínima semanal.</p>
<p>Ex: Gestão escolar e Docência</p>	<p>Ex: Mudanças bruscas de comportamento que afetam o desempenho escolar.</p>	<p>Ex: aluno com Transtorno de Déficit de Atenção ou Hiperatividade (TDAH), já diagnosticado por um pedagogo ou pelo profissional da psicologia educacional.</p>

"Considerando que:

- *Os principais problemas a serem tratados pelo programa de assistência pedagógica às escolas afetadas em Mariana se manifestam por meio da dispersão da comunidade escolar em relação a seus processos de aprendizagem, socialização e vinculação com a instituição escolar;...*
- *O acompanhamento psicossocial oferecido foi assumido pela Secretarias Municipais de Saúde de Mariana e Barra Longa entre fevereiro e junho/16 e o problema das escolas foi redefinido para além da adaptação às novas estruturas físicas, mas de convivência entre equipes e alunos das escolas;"*

No item “**4.3 Ações realizadas e em andamento**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico e acompanhamento psicossocial:

"Acompanhamento psicossocial

Em novembro de 2015, foi oferecido atendimento psicossocial preventivo, sobretudo aos alunos das escolas de Bento e Paracatu que passaram pela experiência mais intensa de deslocamento. Além da avaliação emocional das crianças e adolescentes, foram feitos treinamentos com as professoras, pedagogas e diretoras em como lidar com as crianças e adolescentes com traumas e como realizar os primeiros cuidados e a reconhecer as crianças com sinais de Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

Em maio de 2017 foi realizada reunião com as Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa para definição da atuação da empresa vencedora do processo de concorrência para prestação de serviço de apoio pedagógico/psicopedagógico às escolas impactadas. Por solicitação das Secretarias Municipais de Educação, o trabalho de apoio pedagógico foi estendido a todas as escolas da rede municipal de Barra Longa e Mariana, segundo as equipes municipais, não faz sentido oferecer apoio apenas às escolas impactadas, pois, tanto os profissionais como os alunos fazem parte de um sistema integrado de educação. Em ambas as cidades, foi destacado por professores e secretárias de educação a necessidade de apoio para fortalecimento da rede municipal de educação, através da consolidação dos Projetos Político Pedagógico.”

No Anexo I são apresentados os estudos realizados pela consultoria Edupsy, no que tange ao atendimento psicossocial preventivo. A consultoria Edupsy, contratada pela Samarco Mineração, realizou em Novembro de 2015, um atendimento preventivo, sobretudo aos alunos das escolas de Bento e Paracatu que passaram pela experiência mais intensa de deslocamento, um trabalho com as Crianças e adolescentes de Bento Rodrigues e Paracatu. Além da avaliação emocional das

crianças e adolescentes, foram feitos treinamentos com as professoras, pedagogas e diretoras em como lidar com as crianças e adolescentes com traumas e como realizar os primeiros cuidados e a reconhecer as crianças com sinais de Transtorno de Estresse Pós Traumático. Durante três semanas as crianças e adolescentes foram atendidas em grupos, sendo que a população mais afetada foi trabalhada individualmente. Após três semanas foi feita uma nova avaliação da população para atestar o efeito da intervenção. O corpo escolar foi identificado por essa nova avaliação como o mais afetado pelo Evento e foi atendido individualmente. Os resultados apontaram que o trabalho de prevenção com as crianças e adolescentes de Bento Rodrigues e Paracatu superou as expectativas e demonstrou resultados eficazes e positivos. Houve uma melhora do acionamento de medo, ansiedades (noradrenalina) de cerca de 39% do total da população. O percentual de autorregulação, isto é, de crianças e adolescentes que alcançaram resposta de normalidade diante do evento traumático foi de 72%. Assim, foi concluído que a probabilidade de desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós Traumático entre as crianças e adolescentes foi reduzida em 72%.

No item "**4.4.2 Solução Construída**", são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico e acompanhamento psicossocial:

"Em novembro de 2016, foi realizado Workshop com os professores das escolas de Bento Rodrigues e Paracatu, juntamente com representantes das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação para construção coletiva do Termo de Referência para contratação dos trabalhos de apoio psicopedagógico.

Em Barra Longa, as expectativas de atuação foram construídas conjuntamente com as diretoras das escolas impactadas e com a Secretária Municipal de Educação.

Em maio de 2017, foi realizada reunião com as Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa para definição da atuação do apoio.

Por solicitação das Secretarias Municipais de Educação, o trabalho deverá ser estendido a todas as escolas da rede municipal de Barra Longa e Mariana. Serão 14 escolas em Barra Longa e 30 escolas em Mariana.

Segundo as equipes municipais de educação, não faz sentido oferecer apoio apenas às escolas impactadas, pois, tanto os profissionais como os alunos fazem parte de um sistema integrado de educação. Em ambas as cidades, foi destacado por professores e secretárias de educação que a utilização apenas da psicopedagogia não faz sentido no contexto do rompimento da barragem de Fundão e sim um apoio para fortalecimento da rede municipal de educação, através da consolidação dos Projetos Político Pedagógico.

A partir das primeiras ações, todas as definições são elaboradas em parceria com as secretarias municipais e gestores escolares. O programa foi elaborado com base no histórico de ações desenvolvidas no período emergencial, as necessidades do sistema de educação local para garantir o funcionamento das escolas em situação temporária e as definições do TTAC para garantir a reintegração da comunidade no momento do reassentamento.

Com o entendimento desses conceitos, expõe-se que somente a solução de Apoio Psicopedagógico não seria suficiente para reparar o impacto do rompimento da barragem de Fundão na comunidade escolar impactada, visto que a Psicopedagogia é uma matéria de foco individual e sobre questões que necessariamente não tiveram como causa o evento, como o Déficit de Atenção ou Hiperatividade. Considerando que as dinâmicas sociais dos municípios foram modificadas e que isso tem provocado nos atores um sentimento de insegurança, que demandam da escola o exercício de funções diferentes do seu primeiro objeto de trabalho que é o processo de ensino e aprendizagem. As escolas atualmente absorvem muito dos conflitos sociais e econômicos decorrentes do evento, e afastada de seu papel, é importante uma reestruturação de seus processos

pedagógicos e das relações que compõem o cenário educacional. Acredita-se, ainda, que ao se reestruturar coletivamente, através da Pedagogia e da Psicologia Educacional, a escola poderá então perceber, acolher e tratar as demandas individuais relacionadas à função específica de aprendizagem de cada aluno, o que é o objeto de trabalho da Psicopedagogia.

*No escopo do Programa, considerando que reestruturação dos territórios de Mariana e Barra Longa deve se apoiar no fortalecimento da educação, a ser reorganizada de maneira estruturante e emancipatória. Nesse sentido, foi considerado como fundamental que o trabalho de assistência a ser disponibilizado pela Fundação Renova, para o Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração Escolar tenha como respaldo teórico além da **PSICOPEDAGOGIA**, a **PEDAGOGIA**, a **PSICOLOGIA EDUCACIONAL**, disciplinas capazes de atender tecnicamente e de forma coletiva a reorganização dos processos pedagógicos e as relações que compõem o cenário educacional. Desta forma, a implementação do programa, em consonância com as orientações definidas com as Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social e respectivos grupos diretores das escolas, buscando facilitar a adaptação da comunidade escolar à nova dinâmica social das comunidades de Mariana e Barra Longa.”*

No item “**4.6 Projetos e processos do programa**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

PF8043 –Processo de apoio psicopedagógico ao impactados em idade escolar

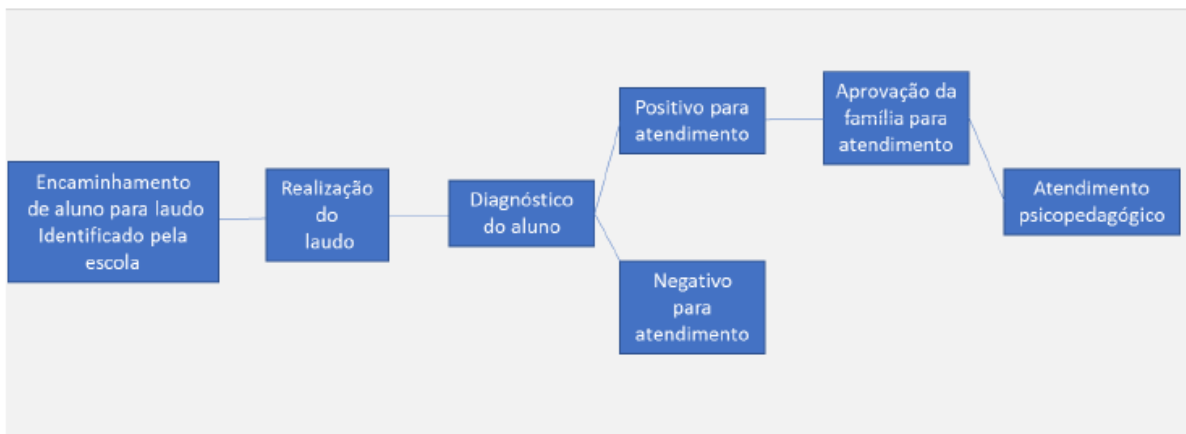
Objetivo

Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados diretamente pelo evento em idade escolar até 03 (três) anos após reassentamento.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisito: O programa deve estar alinhado com as definições da cláusula 93 do TTAC.
Os alunos encaminhados para o atendimento psicopedagógico devem passar por laudo de profissional especializado, o atendimento só será realizado com a autorização dos pais e encaminhamento da Secretaria Municipal de educação.
- A área de abrangência do programa é os municípios de Barra Longa e Mariana;
- As famílias de crianças com transtornos de aprendizagem devem ser acompanhadas para orientação sobre possíveis modificações de comportamento.

Diagrama do processo



- O público alvo do programa são as pessoas impactadas em idade escolar das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa (sede).

Descrição do processo

- Avaliação Neuropsicológica/psicopedagógica e atendimento psicopedagógico à comunidade escolar durante o período transitório e por 3 anos após o reassentamento.
- Elaboração de laudos para avaliação de necessidade psicopedagógica.
- Para realização do laudo, a criança deve ser atendida, no mínimo, 4 vezes, com intervalo de uma semana entre os atendimentos.
- Os testes aplicados são instrumentos específicos, com metodologias próprias, certificados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Instrumentos/Materiais

Para crianças de 2 a 5 anos

Inteligência: Escala de Maturidade Mental Colúmbia ou SON-R

Linguagem: vocabulário expressivo e receptivo

Funções executivas e atenção: Teste de Trilhas e Teste de Cancelamento para Pré-escolares

Habilidades pré-acadêmicas: THCP - Teste de Habilidades e Conhecimento Pré-Alfabetização;

Avaliação do comportamento: Entrevista com os pais para avaliar comportamentos internalizantes e externalizantes e Baralho da Emoção.

Para crianças de 6 a 14 anos

Inteligência: WASI

Linguagem, funções executivas e atenção: Neupsilin-Inf

Desempenho Escolar: Teste de Desempenho escolar

Escala de Estresse para crianças e adolescentes

Escala de Depressão para crianças (CDI)

SSRS - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças

Escalas Beck para Adolescentes

- As intervenções devem ser específicas, focadas no transtorno diagnosticado. Crianças com TDH precisam de um atendimento diferente de crianças com dislexia.
- As intervenções duram de 3 meses a um ano e meio e são feitas com atendimento semanais de 50 minutos.

No item “**5.2 Cronograma do Programa**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

Atividade	Início	Fim
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	11/15	12/22
Execução dos projetos ou processos	11/15	12/22
Escolas Temporárias de Mariana	11/15	07/19
Escolas Temporárias de Barra Longa	11/15	10/17
Apoio Psicopedagógico às escolas impactadas	05/17	12/22
Apoio Pedagógico às Redes Municipais de Ensino de Barra Longa e Mariana	05/17	07/19
Reintegração das Escolas Municipais de Barra Longa e Mariana	05/17	12/22
Encerramento do Programa	01/22	12/23

No item “**6.3 Fichas dos indicadores**”, são trazidas as seguintes informações sobre o apoio psicopedagógico:

I4 – Atendimento Psicopedagógico

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Porcentagem de alunos “laudados” atendidos por psicopedagogo		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%

Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição
Mensal	03/18	12/22
Fórmula de cálculo		
$I4 = \frac{DR}{AL} \times 100$		
Nome do numerador: Alunos com deficiência psicopedagógica revertida - DR		
Definição	Número de alunos que passaram pelo atendimento psicopedagógico e tiveram situação revertida	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Diagnósticos elaborados pela equipe de atendimento, o qual estará disponível no sharepoint.	
Nome do denominador: Alunos com laudo positivo para atendimento psicopedagógico - AL		
Definição	Alunos com laudo positivo para atendimento psicopedagógico	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Laudos elaborados por equipe especializada com encaminhamento de alunos para atendimento.	

3. Assistência Psicopedagógica e Atenção Psicossocial

Em sua clausula 93, o TTAC dispõe que "O programa deverá prever, ainda, ações de **apoio psicopedagógico** para alunos e profissionais das escolas impactadas durante o período de 36 meses contados da assinatura deste Acordo." (Grifo nosso). É importante trazer referências bibliográficas e conceituais sobre a Psicopedagogia e Atenção Psicossocial:

3.1. Apoio Psicopedagógico

O Código de Ética do Psicopedagogo, no seu artigo 1º, define a Psicopedagogia como "(...) um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a

influência do meio, família, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia". A Psicopedagogia surge para atender a uma demanda específica de auxílio à superação das dificuldades de aprendizagem, atuando de forma preventiva e terapêutica.

A utilização do termo "Distúrbios de Aprendizagem" (DA) tem sido amplamente utilizado para se referir a uma perturbação ou déficit na capacidade de adquirir e assimilar informações para a solução de problemas, por vias internas ou externas ao indivíduo (VALLET, 1977 apud CIASCA, 2008).

Distúrbio de Aprendizagem (DA) como um grupo heterogêneo de transtornos que se manifesta por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, fala, leitura, raciocínio ou habilidade matemática. Estes **transtornos são intrínsecos ao indivíduo**, supondo-se ocorrerem devido à disfunção do sistema nervoso central, e que podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção e interação social, mas não constituem, por si só um distúrbio de aprendizagem. Podem ocorrer concomitantemente com **outras condições incapacitantes ou com influências, extrínsecas porém não são os resultados dessa condição**. (HAMMILL, 1988/1991 apud CIASCA, 2008, p. 24).

São considerados distúrbios de aprendizagem: a Dislexia, que é transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração; a Disgrafia, que é a dificuldade na escrita ao produzir letras e palavras com pouca legibilidade no que se refere à caligrafia e distribuição espacial; e a Discalculia que é um comprometimento na aprendizagem da matemática que impede o indivíduo atingir o nível de proficiência ou domínio cognitivo adequado nesta área, considerando-se a inteligência normal, oportunidade escolar, estabilidade emocional e motivação necessária.

A Psicopedagogia se divide em três processos: prevenção, diagnóstico e intervenção. Na prevenção, o psicopedagogo realiza uma investigação institucional,

avaliando os processos didáticos e metodológicos aplicados, e a dinâmica dos profissionais, buscando compreender o processo ensino/aprendizagem e propondo alternativas que otimizem os esforços empreendidos pelos envolvidos. Nesse momento, suas atividades são direcionadas a orientação para com a metodologia de ensino, didático, estrutura curricular e outros fatores associados à qualidade do ensino.

A fase de diagnóstico acontece quando há a presença de dificuldades de aprendizagem fazendo-se preceder à mesma o processo diagnóstico, cabido de procedimentos que podem variar de acordo com a formação do profissional que o executa:

[...] Esses procedimentos compreendem: anamnese, análise do material escolar, relacionamento com a escola, observação do desempenho em situação de aprendizagem, aplicações de testes psicopedagógicos específicos e solicitação de exames complementares (psicológico, neurológico, oftalmológico, audiométrico, fonológico e outros). Diante disso, observa-se que a intervenção psicopedagógica, quando necessária, é desenvolvida de formas variadas, ficando os procedimentos a serem executados a critérios do profissional que está atuando, geralmente influenciado pela sua formação. (CIASCA, 2008, p. 166-167).

O diagnóstico psicopedagógico é uma busca por fatores que possam estar influenciando o fracasso escolar do indivíduo: em quais aspectos ele não se enquadra ao nível de aprendizagem esperado para sua idade, como se dá o não - aprender ou onde se instala a dificuldade ou a não-dificuldade. Implica, antes de tudo, em averiguar como a aprendizagem ocorre para aquele indivíduo envolvendo suas características mais particulares ou singularidades de evolução, desenvolvimento ou não assimilação (WEISS, 2007; BOSSA, 2000).

Segundo Scoz (1991 apud CIASCA, 2008) a Psicopedagogia, dentro de uma perspectiva de atuação profissional, deve procurar integrar conhecimentos de outras áreas com o intuito de melhor compreender o processo do aprender e suas

dificuldades. O profissional que atua através da Psicopedagogia deve, constantemente, procurar relacionar outras áreas de conhecimento para a realização de um trabalho multidisciplinar zelando também pela não rotulação, esclarecimento ou desmistificação dos termos co-relacionados aos distúrbios de aprendizagem já mencionados.

Desta maneira, observa-se que muitas vezes crianças são encaminhadas para avaliações com vários profissionais desnecessariamente pelo fato de os professores ou até familiares desconhecerem o que pode estar causando uma dificuldade de aprendizagem; a maioria das causas é relacionada a "problemas de ensinagem" cujo contexto é o escolar ou aquelas de ordem afetivo-emocional proveniente do ambiente familiar. Ainda há falta de esclarecimento entre condições de aprendizagem que levam ao fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem propriamente ditas. A criança é identificada enquanto portadora de um problema sendo que o mesmo encontra-se no próprio sistema de ensino (MASINI, 1986 apud CIASCA, 2008).

O diagnóstico é fundamental tanto para a identificação de causas das dificuldades de aprendizagem quanto para uma possível intervenção. O diagnóstico psicopedagógico avalia a situação do aluno no contexto escolar, levando em consideração a influência de fatores internos e externos sobre a aprendizagem permitindo que a dificuldade seja identificada; neste processo o professor, a escola e a família devem estar envolvidos (MORAIS, 1988; BASSEDAS, 1996 apud CIASCA, 2008). O objetivo é identificar o indivíduo com dificuldades de aprendizagem em processos psicológicos que envolvam a compreensão da língua falada e escrita em um trabalho conjunto de especialistas. Tal processo subsidiará qualquer tipo de julgamento que se faça necessário para uma futura intervenção vinculada à construção da aprendizagem no indivíduo (GUZZO, 1990; LERNER, 1988 apud CIASCA, 2008).

A definição de distúrbios de aprendizagem (DA) envolve uma série de desordens que partem do indivíduo e, especificamente, com origem no sistema nervoso

central. Portanto, para o diagnóstico de um Distúrbio de Aprendizagem cujo processo não é uma tarefa simples, deve-se recorrer a uma equipe multidisciplinar bem como instrumentos de avaliação variados. Assim sendo, inicia-se na presente etapa uma discussão sobre os aspectos fundamentais vinculados ao processo do diagnóstico do Distúrbio de Aprendizagem.

O próprio conceito de diagnóstico implica em um conhecimento ampliado sobre a origem de determinada doença ou manifestação de seu sintoma. No caso do Distúrbio de Aprendizagem, o sintoma manifesta-se com maior facilidade quando a criança é inserida no contexto escolar e, portanto, uma vez identificada alguma dificuldade, a equipe deve agir em conjunto para averiguar as causas através de ampla utilização de materiais que subsidiem o diagnóstico (CIASCA, 2008). Neste contexto, o profissional deve ter cautela para que a avaliação não seja feita de forma muito abrangente ou irrestrita uma vez que o processo diagnóstico tem sido realizado de maneira a oferecer informações insuficientes sobre o DA, transmitindo a outros profissionais uma ideia superficial sobre o caso. Esta ideia por sua vez é transmitida para os professores e pais da criança causando situações conflituosas entre o que é transmitido e o que é observado de fato; neste sentido, há de se ter cautela quanto à realização do processo diagnóstico para que o mesmo não se torne algo que rotula pela falta de especificidade (CHRISTOPHER, 1989 apud CIASCA, 2008).

Lerner (1988 apud CIASCA, 2008) aponta pontos investigativos realizados por essas equipes mediante queixa de DA: (a) que criança apresenta distúrbio de aprendizagem; (b) qual a base para fazer-se tal determinação; (c) qual o comportamento significativo notado na avaliação; (d) qual a relação entre o comportamento da criança e sua performance acadêmica; (e) quais os achados médicos relevantes para a educação, se houverem; (f) quais os efeitos ambientais, culturais e sociais que influem nesta desvantagem. (LERNER, 1988 apud CIASCA, 2008, p. 69).

Infelizmente no Brasil não é raro encontrar um “diagnóstico” de DA feito na própria sala de aula pelo professor e, depois, por outros profissionais cada qual com sua abordagem ou técnicas de avaliação, longe de uma situação em que procedimentos investigativos e instrumentos são padronizados para tal fim. Este contexto mostra a crescente necessidade do estabelecimento de pontos comuns provenientes das avaliações realizadas por profissionais diversos com o intuito de fazer com que o sujeito avaliado seja considerado em sua totalidade (CIASCA, 2008). Desta necessidade, serão apresentadas as abordagens principais que devem estar presentes no diagnóstico do DA, isto é, aconselha-se que as mesmas sejam realizadas em conjunto e não eleitas separadamente para tal fim.

Por Avaliação Psicopedagógica entende-se que a criança deverá compreendida como um todo envolvendo a investigação dos diversos aspectos que possam estar relacionados à queixa sobre a aprendizagem (sócio-culturais, pedagógicos, psicológicos, fonoaudiológicos, entre outros). A partir da entrevista inicial deve-se perceber que o conteúdo da mesma não diz respeito somente ao sintoma ou conteúdo manifesto, mas também apontam alternativas para o início da investigação diagnóstica; estudos comprovam que os pais quanto à queixa inicial não discorrem somente a respeito das dificuldades de aprendizagem, mas também de outros possíveis problemas orgânicos, comportamentais ou de atenção (CIASCA, 2008).

Para a avaliação Psicopedagógica faz-se fundamental a presença de ambos os progenitores para que estejam cientes a respeito de possíveis avaliações complementares e/ou encaminhamentos terapêuticos. Pode-se solicitar também, já neste primeiro momento, que os pais levem material e boletins escolares desde o início da vida acadêmica do filho junto (se houver) de um histórico de evolução mesmo comum à anamneses realizadas anteriormente com o intuito de agrupar o maior número de informações possíveis a respeito de como a família e o aluno a ser avaliado concebem e desenvolvem o conceito da aprendizagem e rendimento. Pain

(1985 apud CHAMAT, 2004) a "escuta psicopedagógica" deve estar atenta a todas as nuances da queixa apresentada, observando o tipo de vínculo que o paciente tende a estabelecer com o profissional através do tipo de envolvimento familiar com os problemas da criança desde a detecção do mesmo por eles ou se foi encaminhado pela escola. Percebe-se, no levantamento de expectativas, o nível de comprometimento dos pais bem como o depósito ou transferência da responsabilidade ao psicopedagogo, como se este estivesse munido de algum poder curativo.

Rotta (2006) considera que os transtornos de aprendizagem devem ser considerados, no momento da avaliação, como estando presente desde os primeiros anos de vida permanecendo com certa persistência até o presente. Além disso, o profissional deve estar atento quanto ao uso de testes padronizados, e considerar o resultado à média de dois anos abaixo do desempenho esperado para um sujeito da mesma idade, nível intelectual e escolar. O transtorno deve estar presente desde os primeiros anos de escolaridade; O transtorno persiste, apesar do atendimento específico adequado;

Segundo Santos et al. (2012), em casos de dificuldades de aprendizagem, quando são realizadas intervenções psicopedagógicas precoces, é possível melhorar a evolução do aluno e reduzir os impactos causados ao indivíduo e à sociedade. Rubinstein (1999) pontua que, em uma intervenção, o foco está no sujeito, na sua relação com a aprendizagem. O objetivo do psicopedagogo é ajudar aquele que não consegue aprender formal ou informalmente, para que consiga não apenas interessar-se por aprender, mas também possa adquirir ou desenvolver habilidades necessárias para tal. Na intervenção, embora se utilize de propostas de trabalho para mediar a relação terapêutica, as escolhas dessas propostas e as formas como são apresentadas irão depender da particularidade de cada situação, do sujeito que está sendo atendido e da capacitação e dos recursos que o psicopedagogo dispõe. Assim, o caráter dinâmico da escolha das propostas e a forma como são

significadas pela dupla terapeuta cliente é o que realmente irá provocar as mudanças pretendidas. Bataloso (2011) afirma que a intervenção está voltada para a atenção na diversidade e tem como função proporcionar ajudas individuais necessárias para solucionar as dificuldades de aprendizagem, além de desenvolver seu processo de amadurecimento pessoal a partir de suas características singulares.

Rubinstein (1999) afirma ainda que as atividades escolhidas e propostas tanto pelo psicopedagogo como pelo cliente são mediadoras para modificar a forma de pensar e utilizar as funções cognitivas e a posição assumida pelo sujeito aprendente. Ao fazer uso de recursos que são escolhidos pelo cliente ou propostos pelo terapeuta, este propicia a oportunidade para experimentar situações que promovem a confrontação com a forma de relacionar-se com a modalidade que se utiliza para se estabelecer essa relação. Esse confronto pode contribuir para a tomada de consciência de um estilo de aprender, já que as diferentes modalidades de atividades permitem entrar em contato com o “como aprendo” e “como me relaciono com o saber”.

3.1.1. Apoio Psicopedagógico no contexto das ações da Fundação Renova

O escopo de trabalho da empresa Compreender – Consultoria em Responsabilidade Social, foi iniciado em maio de 2017, com paralisação em fevereiro de 2018. A seguir são elencadas as principais atividades ocorridas nesse período:

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO RENOVA - GERAL

Data	Apoio	Atividade	Público		Objetivo
			Quem	Quantos	
31.07.17	Pedagógico - Barra Longa	Reunião	Professores da rede municipal de educação e representantes da secretaria de educação	40	Apresentar para a secretária de educação, Júnia Carolino e demais professores e pedagogos o diagnóstico e a proposta do programa de assistência pedagógica.
19.06.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Semed	2	Apresentar para a secretária de educação, Juliana Alves e para a assessora, Aline Oliveira o escopo do trabalho que será apresentado para os diretores.
19.06.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Gestores	26	Apresentação da Consultoria e do trabalho de Apoio Pedagógico. Entrega de uma Carta Convite para os participantes sugerindo a elaboração de perguntas: O QUE EU GOSTARIA DE SABER SOBRE.....? .
			SEMED	5	
			Prefeitura	4	
			Renova	2	
			Jovem Aprendiz	3	
22.06.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Pedagogos	34	Apresentação da Consultoria e do trabalho de Apoio Pedagógico. Entrega de uma Carta Convite para os participantes e para os professores sugerindo a elaboração de perguntas: O QUE EU GOSTARIA DE SABER SOBRE.....? .
			Vice diretor	1	
			SEMED	6	
26 a 30.06.17	Pedagógico - Mariana	Visita às escolas	Escolas Municipais e SEMED	24	Buscar as perguntas elaboradas pelos professores das escolas municipais
20.09.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Semed	2	Apresentar para a Secretária de Educação de Mariana, Juliana Alves e a Assessora Aline Oliveira para alinhamento da abordagem com os gestores e pedagogos.
20.09.17	Pedagógico - Mariana	Reunião	Diretores e pedagogos	69	Apresentação do resultado das perguntas formuladas pelos professores, gestores e pedagogos e a aplicação do questionário. Entrega dos questionários que serão aplicados com os professores e pais das escolas de Mariana
21.09.17	Pedagógico - Barra Longa	1º Encontro Formativo	Comissão Coordenadora	11	Iniciar o trabalho de elaboração do PPP através da pergunta: Qu escola queremos para Barra Longa?

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO RENOVA - GERAL

Data	Apoio	Atividade	Público		Objetivo
			Quem	Quantos	
03 a 06.10.17	Pedagógico - Mariana	Visita às escolas	Escolas Municipais e SEMED	30	Buscar os questionários respondidos pelos professores.
05.11.17	Psicopedagógico - Mariana	Reunião	Semed	2	Apresentar para a secretária de educação, Juliana Alves e para a assessora, Aline Oliveira a proposta de trabalho de Assistência Psicopedagógica e apresentação da psicopedagoga Juliana Mendes.
			Compreender	3	
06.11.17	Pedagógico - Barra Longa	2º Encontro Formativo	Comissão Coordenadora	14	Elaboração do diagnóstico da escola
09.11.17	Psicopedagógico - Barra Longa	E-mail	Secretaria de educação	1	Apresentar para a secretária de educação Júnia Carolino a proposta de trabalho de Assistência Psicopedagógica, após contato telefônico.
10.11.17	Psicopedagógico - Mariana	E-mail	Diretoras e Semed	4	E-mail para a secretária de educação, Juliana Alves, para a assessora, Aline Oliveira e as diretoras das EM Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues esclarecendo sobre o apoio psicopedagógico e convidando para o encontro formativo e entrega de uma Carta Convite para todos os professores e pedagogos da escola.
10.11.17	Psicopedagógico - Barra Longa	E-mail	Secretaria de Educação e professores	4	Envio de Carta Convite para todos os professores e pedagogos das escolas esclarecendo sobre o apoio psicopedagógico e convidando para o Encontro Formativo.
29.11.17	Psicopedagógico - Mariana	Encontro Formativo	Semed	8	Encontro formativo para elaboração de critério para eleição de alunos a serem avaliados pela psicopedagoga.
			Professores	22	
			Gestores	2	
			Pedagogos	2	
			Conviver	2	
30.11.17	Psicopedagógico - Barra Longa	Encontro Formativo	Professores	4	Encontro formativo para elaboração de critério para eleição de alunos a serem avaliados pela psicopedagoga
			Gestores	1	
			Pedagogos	1	

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO - FUNDAÇÃO RENOVA - GERAL

Data	Apoio	Atividade	Público		Objetivo
			Quem	Quantos	
30.11.17	Pedagógico - Barra Longa	2º Encontro Formativo (continuação)	Comissão Coordenadora	3	Recebimento das perguntas elaboradas pelos professores, pedagogos e diretores para a composição do questionário.
04.12.17	Psicopedagógico - Mariana	E-mail	Diretoras e Semed	4	E-mail para a secretária de educação, Juliana Alves, para a assessora, Aline Oliveira e as diretoras das EM Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues disponibilizando a apresentação do 1º Encontro Formativo, fazendo agendamento do 2º Encontro formativo e orientações para os participantes.
16 e 17.02.18	Pedagógico - Mariana	Reunião	Professores	417	Apresentação dos resultados do diagnóstico - devolutiva diagnóstico
			Pedagogos	32	
			Gestores	21	
			Semed	6	
17.04.18	Pedagógico/Psicopedagógico	Reunião	SEMED-Barra Longa	03	Comunicado da suspensão do contrato da consultoria Compreender até a adequação do contrato para o atendimento do escopo do Programa encaminhado ao CIF.
19.04.18	Pedagógico/Psicopedagógico	Reunião	SEMED-Mariana	03	Comunicado da suspensão do contrato da consultoria Compreender até a adequação do contrato para o atendimento do escopo do Programa encaminhado ao CIF.
11.05.18	Pedagógico/Psicopedagógico	Reunião	SEMED-Mariana	06	Comunicado da retomada das atividades do contrato da consultoria Compreender para início em agosto de 2018, com o atendimento do escopo do Programa encaminhado ao CIF.

Para realização de ajuste de escopo para atender o programa aprovado e acordos contratuais, o trabalho foi paralisado de fevereiro a julho de 2018 e será reiniciado em agosto de 2018 com o atendimento de todo escopo aprovado pelo CIF. Para além da Assistência Pedagógica, o componente Apoio Psicopedagógico é estruturado em quatro etapas:

1. mapeamento dos alunos atingidos pelo evento da barragem;
2. capacitação dos professores para a avaliação das etapas de aprendizagem dos alunos;
3. avaliação diagnóstica psicopedagógica; e
4. tratamento psicopedagógico.

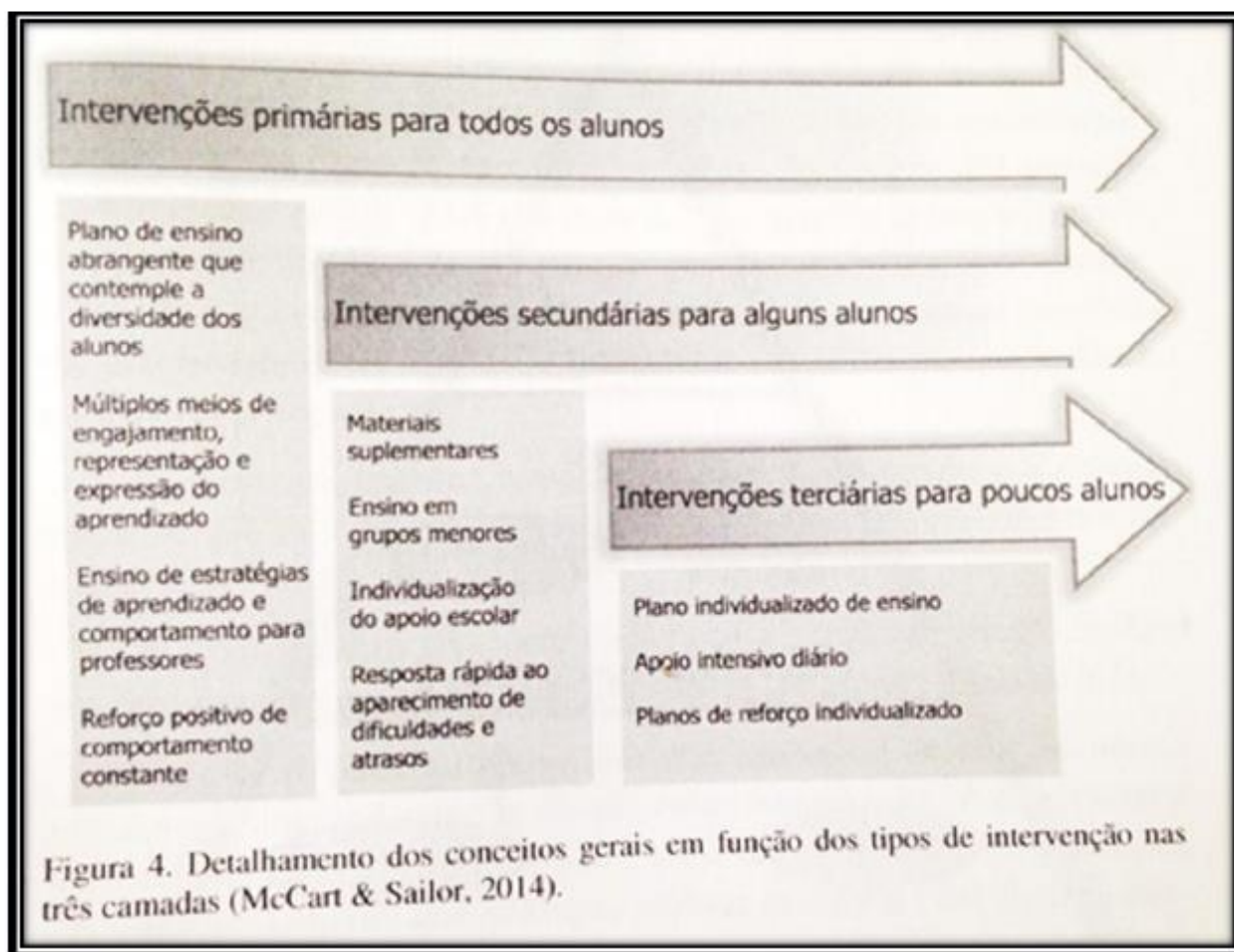
Mapeamento dos alunos atingidos pelo evento da barragem

Considerando que o apoio se dará para todos os indivíduos em idade escolar que foram diretamente afetados pelo rompimento da barragem de Fundão – moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, bem como os alunos que em novembro de 2015 estudavam na Escola José de Vasconcelos Lanna na sede de Barra Longa. A primeira ação é através do mapeamento dos alunos em consulta ao banco de dados de cadastro da Fundação Renova e informações das Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa, bem como das Superintendências Regionais de Ensino de Ouro Preto e Ponte Nova, que respondem respectivamente às duas cidades.

Capacitação dos professores para seleção das crianças para a avaliação psicopedagógica

Para a seleção das crianças que devem ser avaliadas, os professores precisam identificar quais alunos estão em pleno desenvolvimento, quais estão precisando de estímulos e quais precisam ser identificadas para serem avaliadas e investigadas para compreensão do funcionamento geral. Neste sentido, sugere-se que os

professores conheçam os critérios utilizados em para a seleção destes alunos, baseados no **MODELO DE RESPOSTA À INTERVENÇÃO**. É um modelo eficaz para prevenir e remediar dificuldades e transtornos específicos de aprendizagem.

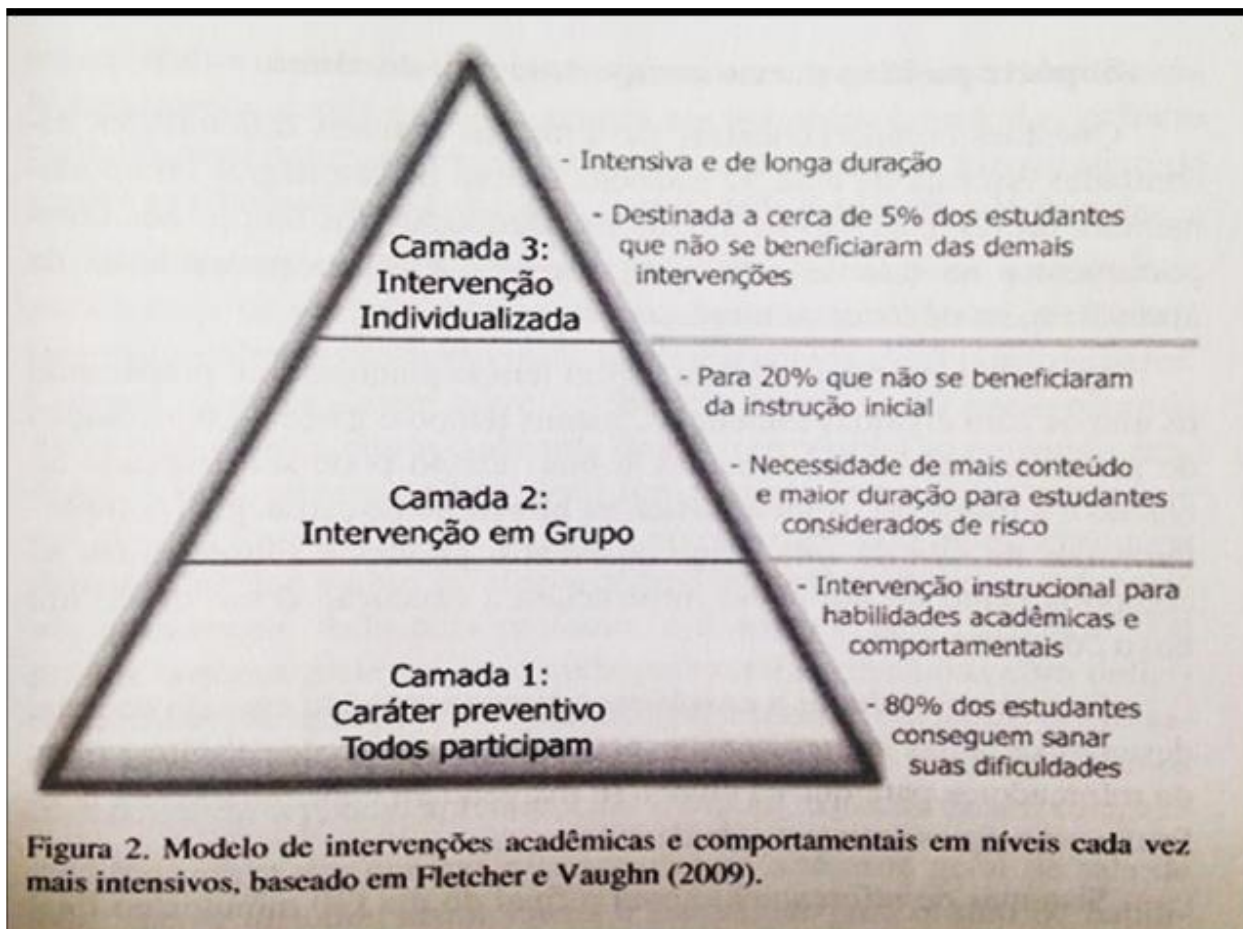


A **RESPOSTA À INTERVENÇÃO** é um modelo que emprega níveis de intensidade de intervenções, tendo como base as necessidades do grupo e, só depois, as necessidades individuais do aluno. É um modelo indicado, portanto, para o contexto educacional. O objetivo é lançar mão de um ensino que contemple desde a instrução de alta complexidade, com métodos e estratégias baseadas em evidências, até intervenções estruturadas para atender necessidades específicas dos estudantes (Orsati et al.;2015).

Assim, o RTI é um modelo de programa para a identificação precoce direcionada a escolares que apresentam dificuldade de aprendizagem e no comportamento e que necessitam de intervenções mais específicas. Os benefícios do RTI incluem eficiência e eficácia na redução das dificuldades acadêmicas, como leitura, escrita e matemática, diminuição de baixa instrução apontada como causa do mau desempenho, diminuição da má interpretação de escolares encaminhados para os serviços especiais².

Sob caráter de prevenção para auxiliar os escolares com dificuldades de aprendizagem e elegível para transtornos de aprendizagem, o RTI também surgiu da necessidade de se pensar em novas abordagens, quando somente havia o modelo de discrepância de QI e desempenho, o qual não mais abrangia com confiabilidade as indicações dos escolares, pois com o modelo RTI há uma diminuição dos casos falsos-positivos, bem como os falsos-negativos para transtornos de aprendizagem, contribuindo com a equipe escolar para avaliações mais específicas.

O RTI é uma maneira diferente para auxiliar escolares que, mesmo recebendo atividades apropriadas, não avançam comparados ao seu grupo/classe. Dessa forma, o RTI combina avaliação e instrução (modo de ensinar) e intervenção (atividade e estratégia pelo qual permite o ensino de determinado conteúdo). Utilizando programas baseado nesse modelo, as escolas podem identificar, precocemente, escolares de risco para transtornos de aprendizagem. O progresso de cada escolar é monitorado e a intervenção é ajustada ou trocada baseada no seu desempenho. O modelo de RTI mais utilizado é o dos Três níveis ou camadas: RTI nível I; RTI nível II e RTI nível III, onde em cada nível é levado em consideração os critérios de: grupo; tempo (duração); monitoramento e tipo de instrução.



Sendo assim, com base no **modelo de resposta à intervenção**, após a capacitação dos professores, sugere-se que o aluno seja selecionado a partir do preenchimento de uma ficha de seleção, com os seguintes itens:

1. Nome completo;
2. Idade e ano escolar;
3. Fatos marcantes quanto a sua história de desenvolvimento desde a gestação;
4. Quais funções cognitivas (memória, atenção, funções executivas, visuoconstrução e linguagem) percebe dificuldades no aluno ao realizar suas tarefas de leitura, escrita, compreensão de texto e aritmética;
5. Como este aluno vem se mostrando, quanto ao seu relacionamento com os colegas e professores;

6. Percebe-se alguma interferência emocional como: ansiedade, impulsividade e dificuldade em lidar com normas e limites que possam estar influenciando o seu processo de aprendizagem;
7. Quais intervenções instrucionais, programas estruturados e baseadas em evidências já foram utilizadas em todos os alunos, com este aluno presente quando ele teve a oportunidade de ter acesso aos aspectos que envolvem a sua dificuldade atual;
8. Quais intervenções instrucionais, programas estruturados e baseadas em evidências já foram utilizadas em pequenos grupos com este aluno presente quando ele teve a oportunidade de ter acesso aos aspectos que envolvem a sua dificuldade atual (Lembrando que aqui são situações de aprendizagem com necessidade de outras formas de ver o mesmo conteúdo e com maior duração da intervenção);
9. Quais intervenções instrucionais, programas estruturados e baseadas em evidências já foram utilizadas com este aluno, atendimento individualizado, e que ele teve a oportunidade de ter acesso aos aspectos que envolvem a sua dificuldade atual.

A partir das respostas será possível verificar, juntamente com a equipe de professores, quais alunos tem demanda para a avaliação psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia.

Avaliação Psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia

A Avaliação Psicopedagógica com enfoque da neuropsicologia compõe um processo de investigação do funcionamento cognitivo e comportamental do indivíduo com vistas a possibilitar o diagnóstico, a determinação da natureza dos sintomas, a gravidade das sequelas, o prognóstico, a evolução do caso e oferecer bases para a reabilitação e para a intervenção (Haase et al., 2012). O objetivo desta avaliação é identificar dificuldades do aluno em conteúdos escolares ou relacionados diretamente ao processo ensino-aprendizagem.

Especificamente a avaliação a ser realizada junto aos alunos das escolas de Mariana e de Barra Longa, que foram diretamente impactados pelo rompimento da barragem de fundão e deve ter como foco a compreensão dos fatores cognitivos determinantes do desenvolvimento bem-sucedido do indivíduo em várias esferas da vida, inclusive na escola. Estas funções são os seguintes:

1. funcionamento intelectual global (inteligência);
2. atenção;
3. memória;
4. funções executivas;
5. visuoconstrução;
6. linguagem;
7. habilidades acadêmicas;
8. comportamento social e emoção.

Será realizado a aplicação de testes e elaboração de laudos para avaliação de necessidade psicopedagógica. Para realização do laudo, a criança deve ser atendida, no mínimo, 4 vezes, com intervalo de uma semana entre os atendimentos. Os testes aplicados são instrumentos específicos, com metodologias próprias, certificados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Instrumentos/Materiais - Para crianças de 2 a 5 anos

- Inteligência: Escala de Maturidade Mental Colúmbia ou SON-R
- Linguagem: vocabulário expressivo e receptivo
- Funções executivas e atenção: Teste de Trilhas e Teste de Cancelamento para Pré-escolares
- Habilidades pré-acadêmicas: THCP - Teste de Habilidades e Conhecimento Pré-Alfabetização;

- Avaliação do comportamento: Entrevista com os pais para avaliar comportamentos internalizantes e externalizantes e Baralho da Emoção.

Instrumentos/Materiais - Para crianças de 6 a 14 anos

- Inteligência: WASI
- Linguagem, funções executivas e atenção: Neupsilin-Inf
- Desempenho Escolar: Teste de Desempenho escolar
- Escala de Estresse para crianças e adolescentes
- Escala de Depressão para crianças (CDI)
- SSRS - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças
- Escalas Beck para Adolescentes

É importante destacar que, a criança será analisada a partir de um processo dinâmico, ou seja, considera-se o desenvolvimento neuropsicomotor, mas também o contexto social e familiar em que ela está inserida. Por isso destaca-se a importância de uma entrevista detalhada com os pais e com seus professores.

Tratamento psicopedagógico

A avaliação neuropsicológica/psicopedagógica e atendimento psicopedagógico será realizado durante o período transitório e por 3 anos após o reassentamento.

As intervenções devem ser específicas, focadas no transtorno diagnosticado. Pois, por exemplo, crianças com TDH precisam de um atendimento diferente de crianças com dislexia. As intervenções duram de 3 meses a uma ano e meio e são feitas com atendimento semanais de 50 minutos.

3.2. Atenção Psicossocial

Abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno

obsessivo-compulsivo, incluindo aquelas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool, cocaína, crack e outras drogas). A atenção Psicossocial está ligada a Política Nacional de Saúde Mental, que compreende as estratégias e diretrizes adotadas pelo país com o objetivo de organizar a assistência às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em Saúde Mental.

3.2.1. Atenção Psicossocial no contexto das ações da Fundação Renova

Conforme **CLÁUSULA 54 e CLÁUSULA 55 respectivamente** : “A *FUNDAÇÃO* deverá elaborar, desenvolver e executar um programa para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo *EVENTO*, priorizando os *IMPACTADOS* com deslocamento físico.”

“O *PROGRAMA* deverá ser direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela *FUNDAÇÃO*, em conformidade com as políticas públicas, em decorrência do *EVENTO*.”

De acordo com o artigo primeiro da LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm), “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

O Programa segue os princípios organizativo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ...“Direção da universalidade do sistema através de: fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programas, projetos e ações de assistência social de provisão partilhada entre os entes federativos; garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem; articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas, em especial as de Seguridade Social.”

Saúde

Conforme a **CLÁUSULA 109 do TTAC** “o presente programa deverá prever ações a serem executadas pela FUNDAÇÃO nas seguintes áreas, as quais deverão estar circunscritas aos efeitos decorrentes do EVENTO: a) atenção primária; b) vigilância em Saúde ambiental, epidemiológica, Saúde do trabalhador, sanitária e promoção da Saúde; c) assistência farmacêutica; d) assistência laboratorial; e) atenção secundária; e f) atenção em saúde mental.”

Conforme o item I, do Artigo 7, da **Lei Orgânica que cria o SUS** (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm), além de outros, o SUS deve obedecer o seguinte princípio: “I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência”

E a definição do nosso programa diz: “(...) atuar de forma a suplementar as políticas do SUS para atender as peculiaridades dos possíveis impactos decorrentes do evento, junto à população atingida”.

Sendo assim: a Fundação deve dar apoio para que o SUS consiga atender ao aumento da demanda devido ao evento, mas o atendimento do SUS continua universal, ou seja, não é restrito aos impactados.

Portanto, a atuação da Fundação Renova no município de Mariana e Barra Longa, no que diz respeito a atendimento aos impactados, segue o preconizado no TTAC, conforme cláusula 1, parágrafo II.

Deste modo, no que diz respeito à Assistência Social, o atendimento socioassistencial está relacionada ao Programa de Proteção Social e consiste no apoio à continuidade dos serviços públicos essenciais e na execução de ações socioassistenciais para as famílias e indivíduos impactados, priorizando os com deslocamento físico, sendo que as referidas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Atualmente temos ofertado para os serviços socioassistenciais do município de Mariana disponibilizamos 20 profissionais que estão sob a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC e distribuídos nos equipamentos públicos municipais, em Barra Longa disponibilizamos 2 profissionais sob a gestão do Departamento Municipal de Assistência Social, e as famílias podem recorrer ao serviços.

As demandas relacionadas a Saúde está relacionado ao Programa de Saúde Física e Mental, que atua de forma complementar ao SUS, para o atendimento às famílias e indivíduos impactados, disponibilizamos atualmente em Mariana 28 profissionais, em Barra Longa 23 profissionais que estão sob gestão das Secretarias Municipais de Saúde, as famílias podem procurar o atendimento nos serviços público de saúde dos municípios, sendo os atendimentos pautados na legislação do SUS.

4. Conclusão

De acordo com as bibliografias consultadas e apresentadas nessa Nota Técnica, os Distúrbio de Aprendizagem (DA), como um grupo heterogêneo de transtornos que se manifesta por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, fala, leitura, raciocínio ou habilidade matemática. Estes **transtornos são intrínsecos ao indivíduo**, supondo-se ocorrerem devido à disfunção do sistema nervoso central, e que podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção e interação social, mas não constituem, por si só um distúrbio de aprendizagem. Podem ocorrer concomitantemente com **outras condições**

incapacitantes ou com influências, extrínsecas, porém não são os resultados dessa condição. Nesse sentido, quando se trata da matéria da Psicopedagogia, o relato da existência de crianças e adolescentes com um quadro preocupante em relação à aprendizagem, que podem estar relacionados ao trauma do rompimento da barragem de Fundão não tem nexos causal, pois distúrbios de aprendizagem não são frutos de traumas e sim uma condição inerente ao indivíduo. Do ponto de vista da possibilidade da existência de alunos que apresentam dificuldades de aprendizado advindos de aspectos sociais, relacionais e psicológicos são possíveis e precisam ser tratados em níveis de saúde mental, não sendo matéria da psicopedagogia.

Quanto a necessidade de apoio socioassistencial e psicossocial a alunos e professores das escolas impactadas que apresentam quadros de depressão, ansiedade e um quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool e drogas), sendo alguns desses relatados na 14ª reunião da Câmara Técnica, devem ser encaminhados para os Sistema Único de Assistência Social e Sistema Único de Saúde. Ressaltando que a Fundação Renova não executa diretamente as atividades de proteção social e saúde, sendo que estas são exclusivas do poder público municipal das cidades de Mariana e Barra Longa. A Fundação Renova nas áreas de saúde e proteção social atua no fortalecimento desses sistemas, através da disponibilização de profissionais e capacitação para a melhoria dos processos executados nessas áreas, porém sem a gestão desses serviços.

Nesse sentido, recomenda-se reuniões de alinhamento entre as secretarias de educação, saúde e proteção social dos municípios de Mariana e Barra Longa para a previsão de assistência social e de saúde específica aos professores e alunos das escolas impactadas. Recomenda-se também um alinhamento entre as Câmaras Técnicas de Educação, Cultura e Turismo (CTECL), Saúde (CTS) e de Organização Social (CTOS) sobre os limites de atuação dos programas e análise de priorização de atendimento à professores e alunos impactados.

Considerando que a bibliografia sugere que sejam avaliados no mínimo 02 (dois) anos o desenvolvimento escolar do aluno – Plano de Desenvolvimento Individual, além de ser indicado a aplicação de diversas técnicas pedagógicas de intervenção, tanto em grupo quanto individualmente, para que a pessoa possa ser caracterizada pela necessidade de avaliação e acompanhamento psicopedagógico. Nesse contexto, nos encontros com educadores das escolas impactadas, não foram apresentadas crianças que tenha passado por avaliação psicopedagógica e que precisavam de apoio para o desenvolvimento das suas atividades anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão.

A bibliografia consultada reforça a metodologia proposta pela Fundação Renova de realizar um processo de capacitação dos professores para que esses possam identificar quais alunos estão em pleno desenvolvimento, quais estão precisando de estímulos pedagógicos e quais precisam realmente serem avaliadas e diagnosticada para compreensão de algum distúrbio de aprendizagem. A estratégia de se entrar com intervenções diretas, como o reforço escolar, antes de um processo de investigação e diagnóstico pode ser nocivo ao aluno, traumáticas no sentido de rotulação da criança como “laudada” e desencadear ações desnecessárias ou pouco frutíferas.

Considerando que no escopo de programa apresentado ao CIF, o cronograma de atendimento do apoio psicopedagógico aos impactados em idade escolar é do período de maio de 2017 a dezembro de 2022, perfazendo 67 meses de atendimento, podendo ser postergado à depender do cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Diante do exposto, solicitamos a anulação da notificação de descumprimento da clausula 93, tendo em vista que:

- A Fundação Renova na apresentação do escopo do programa e cronograma de execução foi indicado que o apoio pedagógico seria iniciado em maio de 2017, como foi realizado;

- Apesar do apoio psicopedagógico ter sido paralisado em fevereiro de 2018, em virtude da necessidade de ajustes contratuais que atendesse o escopo aprovado do programa, sendo retomado em agosto de 2018, teremos ainda aproximadamente 52 meses de atividades a serem executadas (ago/2018 a dez/2022), sendo um prazo muito superior ao estabelecido no TTAC;
- Os casos relatados na 14ª Reunião da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer são relacionados às matérias de atendimento psicossocial e saúde mental, e sendo essas atribuições específicas do poder público, bem como as ações realizadas pela Fundação Renova no fortalecimento desses sistemas no município de Mariana e Barra Longa;
- Conforme referências bibliográficas, os distúrbios de aprendizagem não possuem nexo causal com o trauma do rompimento da barragem de Fundão, pois distúrbios de aprendizagem são uma condição intrínseca ao indivíduo.

5. Bibliografia Consultada

ANDRADE, L.B. (2010). **Psicopedagogia e distúrbios de aprendizagem: uma visão diagnóstica**. Encontro: Rev. Psicol., 13 (19), 115-143. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/view/2521>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BOSSA, N.A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAMAT, L.S.J. **Técnicas de Diagnóstico Psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista**. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2004.

CIASCA, S.M. **Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MACHADO, A.C e ALMEIDA M.A (2014). **O modelo RTI – Resposta à Intervenção como proposta inclusiva para escolares com dificuldades em leitura e escrita**. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia Nº 95, 2014. Conteúdo Disponível em: <http://www.abpp.com.br/revistas/revista-psicopedagogia-95.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

NUTTI, J.Z. **Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem**. Psicopedagogia OnLine – Educação & Saúde , São Paulo, maio de 2002. Seção Conteúdo. Disponível em: http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20120530115738.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

ROTTA, N.T. et al. **Transtornos de Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RUBINSTEIN, Edith. Da reeducação para a psicopedagoga, um caminhar. In: _____ (Org.). **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. cap. 01. p. 17-40.

WEISS, M.L.L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica**. 12.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Este documento foi elaborado por Shymena Nunes Guedes – Especialista de Programa.

Shymena Nunes Guedes
Especialista de Programa
Data:

Juliana Machado
Gerente Executivo
Data: